

De 1 de Agosto de 1998 a 18 de Outubro de 1999 exerceu funções como técnica superior de 1.ª classe e principal, na área dos estudos regionais e locais, na Divisão de Estudos e Organização, da Direcção Regional da Administração Autárquica, da então CCRLVT;

De 1 de Agosto de 1996 a 31 de Julho de 1998 exerceu funções como chefe de equipa (equiparação a chefe de divisão) da Comissão Técnica de Lisboa do Sistema Apoio a Jovens Empresários (SAJE) (estrutura de projecto), da Secretaria de Estado da Juventude;

De 11 de Maio de 1992 a 31 de Julho de 1996 exerceu funções como técnica superior de 2.ª e 1.ª classes, na área da cooperação técnica com as autarquias locais, na Divisão de Finanças Locais, da Direcção Regional da Administração Autárquica, da então CCRLVT;

De 8 de Agosto de 1989 a 10 de Maio de 1992 exerceu funções como técnica superior de 2.ª classe, nas áreas de cooperação internacional e fundos comunitários, no Departamento de Acompanhamento e Avaliação, do Ministério do Planeamento e Administração do Território.

Despacho n.º 12 259/2005 (2.ª série). — Considerando que, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, se mantêm transitivamente em vigor as estruturas orgânicas dos serviços da ex-CCRLVT e da ex-DRAOT-LVT até à definição da nova estrutura dos serviços da CCDRLVT;

Considerando que se encontra vago o lugar correspondente ao cargo de director de serviços de Monitorização Ambiental, previsto no anexo a que se refere o n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 127/2001, de 17 de Abril, e importando assegurar a coordenação e a regular prossecução das atribuições e competências cometidas aquela unidade orgânica;

Reunindo a licenciada Maria de Fátima Rodrigues Alves Nunes, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo, os requisitos legais exigíveis, bem como o perfil pretendido para o exercício do cargo;

Nomeio, no uso da competência própria conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º e ao abrigo do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, em regime de substituição, a licenciada Maria de Fátima Rodrigues Alves Nunes no cargo de director de serviços de Monitorização Ambiental.

18 de Abril de 2005. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional da licenciada Maria de Fátima Rodrigues Alves

Curriculum académico:

Licenciatura em Geologia Aplicada e do Ambiente, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Participou em diversos seminários, congressos, sessões técnicas, acções de formação e cursos nas áreas de recursos hídricos subterrâneos e superficiais, qualidade do ar e ruído.

Curriculum profissional:

Vínculo à função pública desde 30 de Março de 1976;

Técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-DRARN de Lisboa e Vale do Tejo;

Desde Novembro de 2003:

Chefe da Divisão de Monitorização Ambiental, com funções de coordenação da Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental, tendo a seu cargo a Divisão de Monitorização Ambiental, a Divisão de Laboratórios e, até 8 de Novembro de 2004, o licenciamento de captação de águas subterrâneas e de operação de gestão de resíduos;

Responsável pelo projecto PIDDAC «Redes de recolha de dados relativos ao clima, hidrologia, qualidade da água e sedimentos»;

Entre Agosto de 2001 e Novembro de 2003:

Chefe da Divisão de Monitorização Ambiental da ex-DRAOT-LVT, tendo a seu cargo a monitorização dos recursos hídricos e o licenciamento de captação de águas subterrâneas;

Responsável pelos projectos PIDDAC «Redes de recolha de dados relativos ao clima, hidrologia, qualidade da água e sedimentos» e «Reabilitação do aquífero superficial da bacia do Tejo-Sado/margem esquerda na área do Seixal»;

Membro do júri de concursos para provimento de pessoal, aquisição de serviços e de equipamento e do concurso

internacional limitado por prévia qualificação para aquisição de serviços de estudo de caracterização ambiental, geológica e geotécnica e de plano de urbanização da frente ribeirinha nascente da cidade de Almada, promovido pela Câmara Municipal de Almada;

Entre Novembro de 1996 e Julho de 2001:

Técnica superior da ex-DRAOT-LVT, tendo exercido funções na área da hidrogeologia/geologia: licenciamento de captação de águas subterrâneas, monitorização de qualidade e quantidade de águas subterrâneas e apoio técnico a outras direcções de serviço;

Membro da equipa que reestruturou e implementou as redes de monitorização de qualidade e quantidade de águas subterrâneas da ex-DRAOT-LVT;

Em Março de 1976 — início da actividade na função pública, tendo exercido funções nos Ministérios do Trabalho e Segurança Social e Educação.

Departamento de Prospectiva e Planeamento

Despacho (extracto) n.º 12 260/2005 (2.ª série). — Por despacho da directora-geral de 19 de Maio de 2005:

Esmeralda Armada Alves Coelho, técnica de 2.ª classe do quadro de pessoal deste Departamento — nomeada definitivamente, precedendo concurso e após confirmação de cabimento orçamental, nos termos do disposto no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, técnica de 1.ª classe (escala 2, índice 355) do referido quadro, com efeitos à data da aceitação. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Maio de 2005. — A Directora de Serviços do Núcleo de Administração, *Cecília Silveira*.

Gabinete de Relações Internacionais

Aviso n.º 5570/2005 (2.ª série). — Nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º, do n.º 2 do artigo 8.º e do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por meu despacho desta data, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar vago de chefe de secção do quadro de pessoal do Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, constante da Portaria n.º 877/2000, de 27 de Setembro, na área de pessoal, expediente e arquivo prevista no n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 37/98, de 24 de Fevereiro.

1 — Validade do concurso — o concurso visa exclusivamente o provimento do lugar mencionado, caducando com o seu preenchimento.

2 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se os Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 Dezembro, e o Código do Procedimento Administrativo.

3 — Local de trabalho — Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em Lisboa.

4 — Método de selecção — avaliação curricular e entrevista.

Os critérios de aplicação e ponderação da avaliação curricular e entrevista estabelecidos nos n.ºs 1 a 3 do artigo 22.º e nos n.ºs 1 a 3 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da primeira acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos nos termos legais.

5 — Classificação final — será adoptada a escala de 0 a 20 valores.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido ao director do Gabinete de Relações Internacionais, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, para a Rua do Século, 51, 4.º, 1200-433 Lisboa.

6.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação — nome, estado civil, residência, código postal e telefone;
- Categoria, vínculo e serviço a que pertence;
- Indicação do concurso a que se candidata, mediante referência ao presente aviso de abertura;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de provimento em funções públicas, como

determina o n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- Curriculum profissional detalhado, actualizado, datado e assinado;
- Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais do candidato;
- Declaração do serviço comprovando a categoria e a natureza do vínculo do candidato, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, as classificações de serviço, na sua expressão quantitativa, obtidas nos últimos três anos;
- Declaração do serviço com descrição detalhada das funções e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo funcionário;
- Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito, que só serão tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

7 — Publicitação das listas — a relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos e nos prazos previstos no artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciada Maria do Rosário Santos Siva Galheto Coxilha, chefe de divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Vogais efectivos:

- 1.º Maria Isabel de Oliveira Mata, chefe da Secção de Pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- 2.º Licenciada Maria Teresa Lopes Lima de Barros, técnica superior principal do Gabinete de Relações Internacionais.

Vogais suplentes:

- 1.º Licenciada Florbela Luciano Bento de Matos, técnica superior de 1.ª classe da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- 2.º Licenciada Maria Gabriela Rainha Tomaz Miranda Nunes da Cruz, técnica superior principal do Gabinete de Relações Internacionais.

A presidente do júri será substituída, nas suas ausências e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

Nos termos do disposto no despacho conjunto n.º 373/2000 (2.ª série), de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

23 de Maio de 2005. — Pelo Director, (*Assinatura ilegível*.)

Despacho (extracto) n.º 12 261/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 4 de Maio de 2005:

Maria Celeste Ferreira Costa Pina Simões Machado, assessora do quadro de pessoal deste Gabinete — nomeada por tempo indeterminado, precedendo concurso, na categoria de assessora principal da carreira de técnico superior, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da data do despacho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Maio de 2005. — O Director, *Nuno Sanchez Lacasta*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 12 262/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer funções de adjunta do meu Gabinete a licenciada em direito Inês Vieira de Almeida.

20 de Maio de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Despacho n.º 12 263/2005 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Maio de 2005 do director-geral dos Recursos Florestais:

Paula Cristina Ferreira Machado — exonerada, a seu pedido, do cargo de chefe de divisão Financeira e Patrimonial da estrutura nuclear central da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, com efeitos reportados a 16 de Maio de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Maio de 2005. — O Chefe de Divisão, *Manuel Rosa*.

Escola de Pesca e de Marinha do Comércio

Despacho (extracto) n.º 12 264/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 19 de Maio de 2005:

Paula Alexandra Pereira de Oliveira, assistente administrativa do quadro de pessoal da Escola de Pesca e da Marinha do Comércio — nomeada, após aprovação em concurso, assistente administrativa principal do mesmo quadro. A presente nomeação é considerada por urgente conveniência de serviço e produz efeitos nesta data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Maio de 2005. — O Director, *Carlos Serôdio*.

Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica

Louvor (extracto) n.º 1211/2005. — Tendo o engenheiro Nicolau António Pereira Galhardo sido nomeado funcionário do ano de 2002 do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, não posso deixar de, publicamente, reconhecer as suas qualidades humanas, a lealdade, a dedicação e a elevada competência profissional sempre demonstradas no desempenho das tarefas que lhe são confiadas, designadamente o seu incedível contributo na efectiva concretização do RURIS.

Nestas circunstâncias, é de elementar justiça conferir-lhe este público louvor.

13 de Maio de 2005. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Departamento de Modernização e Recursos da Saúde

Aviso n.º 5571/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publica-se a lista das transferências efectuadas a favor de particulares, pelo Instituto da Droga e da Toxicoddependência, serviço dependente do Ministério da Saúde, durante o 2.º semestre de 2004.

11 de Maio de 2005. — O Director-Geral, *Pedro Portugal*.

Entidades	Valor (euros)	Entidade decisora	Data da decisão
A Beneficente — Associação de Solidariedade Social	2 500	Presidente do Instituto da Droga e da Toxicoddependência.	22-7-2004
ABCD — Associação Cultura e Desporto da Brandoa	6 119,65	Presidente do Instituto da Droga e da Toxicoddependência.	23-12-2004